



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
PARTE A	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA <i>Direcção Geral de Administração</i> Extracto de despacho n° 1490/2015: Nomeando, Verónica Esmeralda Almeida dos Reis, para exercer, em regime de acumulação, o cargo de secretaria do Conselho da República. 1437
	CONSELHO DE MINISTROS: Resolução n° 17/2015: (II Série) Nomeia, Horário Moreira Semedo e Carlos Alberto Carvalho Furtado, para exercerem o cargo de Administradores do Banco de Cabo Verde..... 1437 Resolução n° 18/2015: (II Série) Nomeia, Júlio César Freire de Moraes, Ministro Plenipotenciário de nível III, do quadro de pessoal diplomático, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Diretor Nacional dos Assuntos Políticos e de Cooperação, no Ministério das Relações Exteriores. 1438 Resolução n° 19/2015 (II Série): Nomeia, Vlademir Lenine Mendes da Silva, no cargo de Administrador Executivo do Conselho de Administração do Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial, Entidade Pública Empresarial, CERMI, E.P.E. 1438 CHEFIA DO GOVERNO: <i>Gabinete do Primeiro-Ministro:</i> Despacho n° 33/2015: Nomeando, Arnaldo Andrade Ramos, para em comissão de serviço, desempenhar as funções de Conselheiro Diplomático do Primeiro-Ministro..... 1438 <i>Direcção Nacional da Administração Pública:</i> Extracto de despacho n° 1491/2015: Aposentando, Maria de Fátima Lopes Semedo Neves, do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural. 1438
PARTE C	

Extracto de despacho n.º 1492/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Matilde Teixeira Almeida Correia, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia. 1438

Extracto de despacho n.º 1493/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Francisca da Silva, do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural. 1439

Extracto de despacho n.º 1494/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Maria Moreira, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia. 1439

Extracto de despacho n.º 1495/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Joana Martins Ribeiro Contina, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto. 1439

Extracto de despacho n.º 1496/2015:

Aposentando, Eugénio Jorge Silva Faria Barros, do quadro de pessoal do ex-Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. 1439

Extracto de despacho n.º 1497/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, João Silva Cabral, do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural. 1439

Extracto de despacho n.º 1498/2015:

Aposentando, Salvador Pereira Varela, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto. 1440

Extracto de despacho n.º 1499/2015:

Aposentando, Maria Soares Pascoal Lima, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto. 1440

Extracto de despacho n.º 1500/2015:

Aposentando, Guilherme Espírito Santo Mendonça Lopes, agente principal, da Polícia Nacional. 1440

Extracto de despacho n.º 1501/2015:

Transita para a situação de aposentada, Maria da Luz Monteiro dos Santos Gomes Timas da Veiga dos Anjos, agente principal, da Polícia Nacional. 1440

Extracto de despacho n.º 1502/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Mery Onélia Silva Tavares, ex-terceiro oficial de exploração do quadro de pessoal dos ex-Correios, Telégrafos e Telefones. 1440

MINISTÉRIO DA SAÚDE:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho conjunta n.º 1503/2015:**

Exonerando, Asnel Wilson Gómez, quadro da Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, exercendo funções no Hospital “Dr. Baptista Sousa”. 1441

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho n.º 1504/2015:**

Autorizando o regresso ao quadro Bernardeth Evelise de Fátima Gomes Barreto, do quadro de pessoal da Direcção das Alfândegas, do Ministério das Finanças e do Planeamento, na situação de licença sem vencimento. 1441

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho n.º 1505/2015:**

Nomeando, Roberto Lima Andrade, chefe prisional de nível I, para o cargo de Director da Cadeia Central de São Vicente. 1441

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERITÓRIO:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho n.º 1506/2015:**

Prorrogando a requisição de Luis Carvalho Gomes da Costa, para o exercício de funções, a título transitório, no Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território. 1441

MINISTÉRIO DA JUVENTUDE EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 1507/2015:**

Concedendo licença sem vencimento a Claudia Helena Fernandes Varela Lopes, quadro da Direcção Geral do Trabalho e Emprego, do Ministério da Juventude Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos..... 1441

Extracto de despacho nº 1508/2015:

Concedendo licença sem vencimento a Elisângela Ivanilda da Silva, funcionária do Centro de Juventude do Maio..... 1441

MINISTÉRIO DO TURISMO, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO:***Gabinete das Ministras:*****Despacho conjunto nº 22/2015:**

Designando “AUDITEC – Sociedade de Autores Certificados, Lda.” para formar o Conselho Fiscal da ADEI..... 1442

MINISTÉRIO DO TURISMO, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 1509/2015:**

Requisitando, Hermínio Livramento Correia, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director Administrativo e Financeiro, do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual – IGQPI..... 1442

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO:***Serviço de Gestão de Recursos Humanos:*****Extracto de despacho nº 1510/2015:**

Acumulando funções de Coordenador do Centro de Juventude do Paul – Ilha de Santão Antão, Naldir Rossi Santos, quadro do Ministério de Educação e Desporto..... 1442

Extracto de despacho nº 1511/2015:

Acumulando funções de Coordenador do Centro de Juventude dos Mosteiros – Ilha de Fogo, Alexandre Herculano Monteiro Silveira, quadro da Escola Secundária dos Mosteiros..... 1442

Extracto de despacho nº 1512/2015:

Transferindo, Arnaldo Jorge Mendes de Brito, quadro do Liceu Amílcar Cabral para o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação..... 1442

Extracto de despacho nº 1513/2015:

Requisitando, Joaquim da Veiga Furtado e José Manuel Veiga Miranda, para exercer funções na Escola de Formação de Professores de Assomada - Instituto Universitário da Educação “IUE”..... 1442

Extracto de despacho nº 1514/2015:

Transferindo, Albertina dos Santos Mota, para quadro do Instituto Universitário da Educação (IUE)..... 1443

Extracto de despacho nº 1515/2015:

Permutando, Humberto Elízio Ramos Lizardo, em exercício de funções na Escola Secundária de Coculi e Joanita Albertina Silva, em exercício de funções na Escola Técnica João Varela..... 1443

Extracto de despacho nº 1516/2015:

Destacando, Wilsa Soraia Varela Silva, em exercício de funções na Escola Secundária Achada Grande, para exercer funções no FAEF..... 1443

Extracto de despacho nº 1517/2015:

Aplicando a pena de aposentação compulsiva, a Euclides Mendes Furtado, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Desporto em São Miguel..... 1443

Extracto de despacho nº 1518/2015:

Transferindo, Andreza Costa Dias, da Escola Secundaria de São Miguel, para Escola Secundária António Silva Pinto..... 1443

Extracto de despacho nº 1519/2015:

Destacando, João da Luz Sanches Semedo, para exercer funções no Instituto Cabo-verdiano de Ação Social e Escolar – ICASE..... 1443

Extracto de despacho n.º 1520/2015:

Transferindo, Elisângela Almeida Firmino, em exercício de funções na Escola Secundária Amor de Deus, para Escola Secundária Jorge Barbosa. 1443

Extracto de despacho n.º 1521/2015:

Destacando, Denise Lisete Cardoso da Fonseca, para exercer funções no Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP. 1443

Extracto de despacho n.º 1522/2015:

Transferindo, Albertina Maria dos Santos da Silva, em exercício de funções na Delegação do MED – Concelho de São de Filipe..... 1443

Extracto de despacho n.º 1523/2015:

Destacando, Alana Cristina Vieira, para exercer funções na Direção Nacional da Educação. 1443

Extracto de despacho n.º 1524/2015:

Destacando, Nelo Canuto Monteiro de Pina, para exercer funções na Direção Nacional da Educação – Unidade de Avaliação e Desenvolvimento Curricular. 1444

Extracto de despacho n.º 1525/2015:

Regularizando os destacamentos dos professores que indica..... 1444

Extracto de despacho n.º 1526/2015:

Formalizando as colocações dos professores que indica. 1444

Extracto de despacho n.º 1527/2015:

Regularizando as transferências dos professores que indica. 1445

Rectificação n.º 147/2015:

Rectificando o despacho referente a nomeação definitiva de Esmeralda Lopes Semedo, professora do ensino básico de primeira, da Delegação da Praia. 1445

Rectificação n.º 148/2015:

Rectificando o despacho, referente a lista de atualização de enquadramento dos titulares de cargos públicos. 1445

Rectificação n.º 149/2015:

Rectificando o despacho referente a nomeação definitiva de Domingas Gomes Cardoso Furtado, professora do ensino básico de primeira, da Delegação de São Miguel..... 1445

Rectificação n.º 150/2015:

Rectificando o despacho referente a reclassificação de Ana Pires Gomes. 1445

Rectificação n.º 151/2015:

Rectificando o despacho referente a nomeação definitiva de Engrácia dos Santos Lopes Contina, professora do ensino básico de primeira, da Delegação do Maio. 1446

Rectificação n.º 152/2015:

Rectificando o despacho referente a transição de Alice Mendes Monteiro. 1446

Rectificação n.º 153/2015:

Rectificando o despacho referente a nomeação definitiva de Vânia Indira Cabral Monteiro, professora do ensino básico de primeira, da Delegação de Santa Catarina..... 1446

Anulação n.º 7/2015:

Anulando o despacho referente a destacamento de Ana Maria Tavares Lopes, professora do ensino secundário de primeira. 1446

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho n.º 1528/2015:**

Nomeando, Eveline Nair Monteiro Ramos, para exercer as funções na Delegação do Tarrafal do Ministério do Desenvolvimento Rural. 1446

MINISTÉRIO DA COMUNIDADES:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho n.º 1529/2015:**

Renovando, licença sem vencimento, a Térés Odair Andrade Miranda, funcionário do Ministério das Comunidades. 1446

PARTE E	INSTITUTO DE GESTÃO DA QUALIDADE E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL: <i>Gabinete do Presidente:</i> Despacho de homologação nº 12/2015: Homologando a Norma Cabo-verdiana NCV 012:2015 - Norma do Queijo Fresco e Curado. 1447
	INSTITUTO DE ESTRADAS: <i>Conselho de Administração:</i> Extrato do despacho nº 1530/2015: Progredindo, Mario Celso de Pina Alves, do quadro do pessoal do Instituto de Estradas. 1447
PARTE G	MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE SANTIAGO: <i>Câmara Municipal:</i> Extracto de deliberação nº 37/2015: Nomeando para os cargos que indica, Carlos Fidalgo Correia, Claudine Varela Furtado, Maria Eunice Semedo Fernandes, Ana Cecília Furtado Correia e Zenon Borges Miranda, respetivamente. 1447
	Extracto de deliberação nº 38/2015: Reclassificando para carreira do regime geral do pessoal técnico nível I, Alice de Jesus Mendes da Silva, quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago. 1447

PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Direcção Geral de Administração

Extracto de despacho nº 1490/2015 – De S. Ex^a o Presidente da República:

De 6 de Novembro de 2015:

Ao abrigo do disposto no artigo 17º, do Regimento do Conselho da República, é nomeada, Verónica Esmeralda Almeida dos Reis, Diretora do Gabinete do Presidente da República para exercer, em regime de acumulação, o cargo de Secretária do Conselho da República, com efeitos imediato.

Dispensado de anotação pelo Tribunal de Contas.

Direcção Geral de Administração da Presidência da República, na Praia, aos 18 de Novembro de 2015. – O Director Geral, *Gabriel S. Gonçalves*.

PARTE C

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 17/2015 (II Série)

de 25 de Novembro

Considerando que o artigo 41º da Lei nº 10/VI/2002, de 15 de julho, que aprova a Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde (BCV), estabelece que o Conselho de Administração é composto pelo Governador, que preside, e por dois a quatro Administradores.

Atendendo que atualmente a composição do Conselho de Administração comporta dois administradores, sendo propósito do Governo recompor o quadro do Conselho de Administração com quatro elementos, dada a complexidade de gestão e as responsabilidades inerentes ao cargo.

Tendo em conta que, nos termos do mesmo preceito legal, os Administradores são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pelas Finanças, de entre cidadãos idóneos, com pelo menos seis anos de experiência profissional e reconhecida competência em matéria financeira e económica.

Assim,

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

São nomeados Horácio Moreira Semedo e Carlos Alberto Carvalho Furtado, para exercerem o cargo de Administradores do Banco de Cabo Verde.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros do dia 12 de novembro de 2015.

O Primeiro-ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 18/2015 (II Série)**de 25 de Novembro**

Ao abrigo do n.º 7 do artigo 15.º do Decreto-lei n.º 17/2013, de 15 de maio, conjugado com a alínea b) do n.º 3 do artigo 3.º e do n.º 1 do artigo 23º, ambos do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeado Júlio César Freire de Moraes, Ministro Plenipotenciário de nível III, do quadro de pessoal diplomático, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Diretor Nacional dos Assuntos Políticos e de Cooperação, no Ministério das Relações Exteriores.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e tem efeitos retroativos a 1 de novembro de 2015.

Aprovada em Conselho de Ministros de 12 de novembro de 2015

O Primeiro-ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 19/2015 (II Série)**de 25 de Novembro**

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e no n.º 3 do artigo 13.º, todos do Decreto-lei n.º 29/2014, de 13 de junho; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeado Vlademir Lenine Mendes da Silva, no cargo de Administrador Executivo do Conselho de Administração do Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial, Entidade Pública Empresarial, CERMI, E.P.E.

Artigo 2.º

Revogação de efeito

Dá-se por sem efeito a nomeação de Vera Moraes, no cargo de Administradora Executiva do Conselho de Administração do CERMI, E.P.E., ao abrigo da Resolução n.º 5/2015, de 4 de fevereiro.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros, de 30 de outubro de 2015.

O Primeiro-ministro, *José Maria Pereira Neves*

—ofo—

CHEFIA DO GOVERNO**Gabinete do Primeiro-Ministro****Despacho nº 33/2015,**

É nomeado, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de Setembro, conjugado com o artigo 97º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho, Dr. Arnaldo Andrade Ramos, para em comissão de serviço, desempenhar as funções de conselheiro diplomático do Primeiro-Ministro, com efeitos, a partir de 16 de novembro de 2015.

Gabinete do Primeiro-Ministro, na Praia, aos 20 de novembro de 2015. – O Primeiro Ministro, *José Maria Pereira Neves*

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção Nacional da Administração Pública

Extracto de despacho nº 1491/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.º o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 17 de Julho de 2015:

Maria de Fátima Lopes Semedo Neves, apoio operacional I do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural – aposentada nos termos do n.º 1 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 270.384\$00 (duzentos e setenta mil trezentos e oitenta e quatro escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 17 de Junho de 2015 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 12 anos, 11 meses e 19 dias.

O montante em dívida no valor de 140.070\$00 (cento e quarenta mil e setenta escudos), poderá ser amortizado em 156 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 570\$00 e as restantes de 900\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 11 de Novembro de 2015).

Extracto de despacho nº 1492/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.º o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 27 de Julho de 2015:

Matilde Teixeira Almeida Correia, apoio operacional nível I, da Câmara Municipal da Praia – desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do n.º 2, alínea b) do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 180.000\$00 (cento e oitenta mil escudos), calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 30 de Abril de 2015, da Directora Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente ao período de 24 anos, 11 meses e 29 dias.

O montante em dívida no valor de 269.970\$00 (duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e setenta escudos), deverá ser amortizado em 300 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor 870\$00 e as restantes no valor de 900\$00.

Por despacho de 10 de Outubro de 2014 do Presidente da Câmara Municipal da Praia, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 16 anos e 1 mês de serviço.

O montante em dívida no valor de 161.927\$00 (cento e sessenta e um mil, novecentos e vinte e sete escudos), poderá ser amortizado em 200 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 809\$00 e as restantes de 936\$00.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento Municipal 90.888\$00

A despesa tem cabimento na rubrica Código 03.13.30 – Pensão e Aposentação do orçamento da Câmara Municipal da Praia.

Orçamento Geral do Estado 89.112\$00

A despesa tem cabimento no Capítulo 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Extracto de despacho nº 1493/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Julho de 2015:

Francisca da Silva, apoio operacional nível I do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural – desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 153.084\$00 (cento e cinquenta e três mil e oitenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 28 anos e 11 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 26 de Dezembro de 2014 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 28 anos, 11 meses e 18 dias.

O montante em dívida no valor de 312.840\$00 (trezentos e doze mil oitocentos e quarenta escudos), poderá ser amortizado em 348 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 540\$00 e as restantes de 900\$00.

Extracto de despacho nº 1494/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 27 de Agosto de 2015:

Maria Moreira, apoio operacional nível I, da Câmara Municipal da Praia – desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do nº 2, alínea b) do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 180.000\$00 (cento e oitenta mil escudos), calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado.

Por despacho de 22 de Fevereiro de 2013, da Directora Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente ao período de 21 anos e 9 meses.

O montante em dívida no valor de 219.005\$00 (duzentos e dezanove mil e cinco escudos), deverá ser amortizado em 270 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor 846\$00 e as restantes no valor de 811\$00.

Por despacho de 24 de Junho de 2015 do Presidente da Câmara Municipal da Praia, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 23 anos e 3 meses de serviço.

O montante em dívida no valor de 234.081\$00 (duzentos e trinta e quatro mil e oitenta e um escudos), poderá ser amortizado em 300 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 861\$00 e as restantes de 780\$00.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento Municipal 146.916\$00

A despesa tem cabimento na rubrica 03.13.30 – Pensão e Aposentação do orçamento vigente da Câmara Municipal da Praia.

Orçamento Geral do Estado 33.084\$00

A despesa tem cabimento no Capítulo 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 9 de Novembro de 2015).

Extracto de despacho nº 1495/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 27 de Agosto de 2015:

Joana Martins Ribeiro Contina, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto – desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão anual de 903.516\$00 (novecentos e três mil, quinhentos e dezasseis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 6 de Julho de 2012 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 14 anos, 9 meses e 2 dias.

O montante em dívida no valor de 263.926\$00 (duzentos e sessenta e três mil, novecentos e vinte e seis escudos), deverá ser amortizado em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.512\$00 e as restantes de 1.466,00.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 12 de Novembro de 2015).

Extracto de despacho nº 1496/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Setembro de 2015:

Eugénio Jorge Silva Faria Barros, ex-técnico auxiliar de 1ª classe, do quadro de pessoal do ex. Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros – aposentado nos termos da alínea b) nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 78.528\$00 (setenta e oito mil, quinhentos e vinte e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 12 anos, 4 meses e 22 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 10 de Julho de 2015 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 4 anos, 10 meses e 4 dias.

O montante em dívida no valor de 67.650\$00 (sessenta e sete mil seiscentos e cinquenta escudos), poderá ser amortizado em 35 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.180\$00 e as restantes de 1.955\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 6 de Novembro de 2015).

Extracto de despacho nº 1497/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Setembro de 2015:

João Silva Cabral, apoio operacional nível I do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural – aposentado por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde Sotavento, emitido em sessão de 19 de Março de 2015 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 8 de Abril de 2015, nos termos da alínea a), nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro com direito à pensão provisória anual de 130.584\$00 (cento e trinta mil quinhentos e oitenta e quatro

escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 24 anos e 8 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 6 de Agosto de 2015 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 21 anos, 8 meses e 29 dias.

O montante em dívida no valor de 234.870\$00 (duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e setenta escudos), poderá ser amortizado em 261 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 870\$00 e as restantes de 900\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 4 de Novembro de 2015).

Extracto de despacho nº 1498/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Setembro de 2015:

Salvador Pereira Varela, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 819.264\$00 (oitocentos e dezanove mil, duzentos e sessenta e quatro escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 25 de Junho de 2015 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 7 anos, 9 meses e 26 dias.

O montante em dívida no valor de 129.523\$00 (cento e vinte e nove mil quinhentos e vinte e três escudos), poderá ser amortizado em 32 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 2.547\$00 e as restantes de 4.096\$00.

Extracto de despacho nº 1499/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Setembro de 2015:

Maria Soares Pascoal Lima, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 864.660\$00 (oitocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 30 anos e 7 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 6 de Novembro de 2015).

Extracto de despacho nº 1500/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 2 de Outubro de 2015:

Guilherme Espírito Santo Mendonça Lopes, agente principal, referência 3, escalão B, da Polícia Nacional – aposentado, nos termos do artigo 5º, nº 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão

de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea c) do artigo 70º do Decreto Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão provisória anual de 679.272\$00 (seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e setenta e dois escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 4 de Novembro de 2014 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente ao período de 13 anos, 1 mês e 27 dias de serviço prestado ao Estado.

O montante em dívida no valor de 412.527\$00 (quatrocentos e doze mil, quinhentos e vinte e sete escudos), deverá ser amortizado em 128 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor 1.047\$00 e as restantes no valor de 3.240\$00.

Extracto de despacho nº 1501/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 7 de Outubro de 2015:

Maria da Luz Monteiro dos Santos Gomes Timas da Veiga dos Anjos, agente principal, referência 3, escalão A, da Polícia Nacional, em situação de pré-aposentação – Transita para a situação de aposentado, nos termos do artigo 5º, nº 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea c) do artigo 70º do Decreto Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão provisória anual de 631.584\$00 (seiscentos e trinta e um mil, quinhentos e oitenta e quatro escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 28 anos e 11 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 11/09/2015, do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente ao período de 5 anos e 28 dias de serviço prestado ao Estado.

O montante em dívida no valor de 197.400\$00 (cento e noventa e sete mil e quatrocentos escudos), deverá ser amortizado em 61 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor 3.000\$00 e as restantes no valor de 3.240\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 4 de Novembro de 2015).

Extracto de despacho nº 1502/2015 – Do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 7 de Outubro de 2015:

Mery Onélia Silva Tavares, ex-terceiro oficial de exploração do quadro de pessoal dos ex-Correios, Telégrafos e Telefones – desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 87.552\$00 (oitenta e sete mil quinhentos e cinquenta e dois escudos), sujeita á rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 20 anos e 4 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 6 de Novembro de 2015).

As despesas têm cabimento no Capítulo 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Direcção de Serviço de Segurança Social da Direcção Nacional da Administração Pública, na Praia, aos 17 de Novembro de 2015. – A Directora de Serviço, *Cláudia Rodrigues Vieira*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 1503/2015 – De S. Ex^a a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 29 de Outubro de 2015:

Asnel Wilson Gómez, médico geral, escalão IV, índice 100 do quadro da Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, exercendo funções no Hospital Dr. Baptista Sousa – exonerado do referido cargo, a seu pedido, ao abrigo do artigo 28 nº 1 alínea *d*) e nº 2 do diploma que define o regime jurídico de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública, Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2015.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, na Praia, aos 19 de Novembro de 2015. – A Directora Geral, *Serafina Alves*

—o—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto do despacho nº 1504/2015 – De S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 6 de Outubro de 2015:

Bernardeth Evelise de Fátima Gomes Barreto, auxiliar de verificação, referência 2, escalão C, do quadro de pessoal da Direcção das Alfândegas, do Ministério das Finanças e do Planeamento, na situação de licença sem vencimento de um ano, nos termos do artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 Março, desde 1 de Julho de 2015, é autorizado o seu regresso ao quadro, nos termos do nº 4 do artigo 46º por força do nº 3 do artigo 48º, ambos do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças e do Planeamento, na Praia, aos 20 de Novembro de 2015. – A Directora Geral, *Jessica Sancha*

—o—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho de nº 1505/2015 – De S Ex^a o Ministro da Justiça:

De 10 de Novembro de 2015:

É nomeado, em regime de substituição Roberto Lima Andrade, chefe prisional de nível I, para o cargo de Director da Cadeia Central de São Vicente, ao abrigo do disposto no artigo 33º do Decreto-lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeito a partir de 1 de Novembro de 2014.

Os encargos correspondentes serão suportados pela rubrica – 02.01.01.01.02 - Pessoal do quadro do orçamento do MJ.

Direcção de Serviço de Gestão dos Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Justiça, na Praia, aos 19 de Novembro de 2015. – A Directora de Serviço p/s, *Indira Martins*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho conjunta nº 1506/2015 – De S. Ex^a o Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território e S. Ex^a o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros:

De 25 de Setembro de 2015:

Por conveniência de serviço e nos termos do disposto no nº 4 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, que estabelece o Regime de Mobilidade dos Funcionários da Administração Pública, o Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território e o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, determinam o seguinte:

É prorrogada por mais 1 (um) ano a requisição de, Luis Carvalho Gomes da Costa, jornalista, referência 6, escalão E, quadro de nomeação definitiva da INFORPRESS, para o exercício de funções, a título transitório, no Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território.

O presente extrato produz efeito a partir do dia 1 (um) de Outubro de 2015.

Direcção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão, do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, na Praia, aos 19 de Novembro de 2015. – A Directora Geral, *Tatiana Rodrigues Pires Pereira Neves*

—o—

MINISTÉRIO DA JUVENTUDE EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho de nº 1507/2015 – De S Ex^a a Ministra da Juventude Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos:

De 10 de Novembro de 2015:

Claudia Helena Fernandes Varela Lopes, técnica nível I, quadro da Direcção Geral do Trabalho e Emprego, do Ministério da Juventude Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, é concedida licença sem vencimento, por um período de 90 dias, nos termos dos artigos 46º e 47º, do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 3 de Agosto de 2015.

Extracto de despacho de nº 1508/2015 – De S Ex^a a Ministra da Juventude Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos:

De 10 de Novembro de 2015:

Elisângela Ivanilda da Silva, funcionária do Centro de Juventude do Maio é lhe concedida licença sem vencimento por um período de 3 (três) meses, nos termos do artigo 46º e 47º do Decreto-lei nº 3/2010 de 8 de Março, que estabelece o regime faltas, férias e licenças dos funcionários da Administração Pública, conjugado com o artigo 192º do Decreto Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, com efeitos a partir do dia 16 de Novembro de 2015.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Juventude Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, na Praia, aos 10 de Novembro de 2015. – O Director Geral, *Silvino Pires Amador*.

MINISTÉRIO DO TURISMO,
INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO
EMPRESARIAL E MINISTÉRIO
DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

Gabinete das Ministras

Despacho conjunto nº 22/2015

A Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação, criada através da Resolução nº 13/2009, de 18 de Maio, tem como missão a promoção do sector privado Nacional e da Inovação, especificamente na identificação e eliminação dos constrangimentos ao desenvolvimento empresarial, no aproveitamento das oportunidades do mercado visando, fundamentalmente, a constituição de um sector privado nacional forte e competitivo.

Ao abrigo do número 5 do artigo 20º do Decreto-regulamentar nº 10/2009, de 8 de Junho, que aprova o Estatuto da ADEI, a nomeação dos membros do Conselho fiscal ou fiscal Único é feita por despacho conjunto dos Ministros responsáveis pelas áreas das Finanças e da superintendência.

Atendendo o importante papel do Concelho Fiscal de examinar periodicamente a situação financeira e económica da ADEI e proceder à verificação dos valores patrimoniais, e propor a realização de auditorias e entre outras competências;

Manda o Governo através da Ministra do Turismo, Investimentos e Desenvolvimento Empresarial e a Ministra das Finanças e Planeamento o seguinte:

É designado para formar o Conselho Fiscal no âmbito do concurso realizado a empresa vencedora do concurso a saber:

AUDITEC- Sociedade de Autores Certificados, Lda.

O presente despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete da Ministra do Turismo, Investimentos e Desenvolvimento Empresarial e da Ministra das Finanças e do Planeamento, na Praia, aos 6 de Novembro de 2015. – As Ministras, *Leonesa Fortes* e *Cristina Duarte*.

—oŝo—

MINISTÉRIO DO TURISMO,
INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO
EMPRESARIAL

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extracto de despacho conjunta nº 1509/2015 – De S. Ex.^a a Ministra do Turismo, Investimentos e Desenvolvimento Empresarial e S. Ex.^a a Ministra das Infra-estruturas e Economia Marítima:

De 7 de Novembro de 2014:

No quadro da lei do Regime de mobilidade dos funcionários da Administração Pública, a saber o Decreto-Lei nº 54/2009 de 7 de Dezembro e ao abrigo do artigo 8º, n.º 3, conjugados com os artigos 3º n.º 2 e 6º n.º 2 do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, é requisitado, Herminio Livramento Correia, técnico nível I, do quadro de pessoal do Ministério das Infra-estruturas e Economia Marítima, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director Administrativo e Financeiro, do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual – IGQPI.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Turismo, Investimentos e Desenvolvimento Empresarial, na Praia, aos 18 de Novembro de 2014. – A Directora de Serviço, *Juliana Carvalho*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E DESPORTO

Serviço de Gestão de Recursos Humanos

Extracto do despacho conjunta nº 1510/2015 – De S. Ex.^a a Ministra da Educação e Desporto e S. Ex.^a a Ministra da Juventude e da Presidência do Conselho de Ministros:

De 7 de Julho de 2010:

Naldir Rossi Santos, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, quadro do Ministério de Educação e Desporto, acumula funções de Coordenador do Centro de Juventude do Paul – Ilha de Santão Antão.

Extracto do despacho conjunta nº 1511/2015 – De S. Ex.^a o Ministro da Educação e Desporto e S. Ex.^a a Ministra da Juventude e da Presidência do Conselho de Ministros:

De 17 de Novembro de 2010:

Alexandre Herculano Monteiro Silveira, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, quadro da Escola Secundária dos Mosteiros, acumula funções de Coordenador do Centro de Juventude dos Mosteiros – Ilha de Fogo.

Extracto do despacho conjunta nº 1512/2015 – De S. Ex.^a a Ministra da Educação e Desporto e S. Ex.^a o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação:

De 8 de Novembro 2013:

Arnaldo Jorge Mendes de Brito, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, quadro do Liceu Amílcar Cabral, a exercer funções de Diretor-Geral do Ensino Superior, Ciência e Inovação, transferido para o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação, ao abrigo do artigo 5º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, do regime de Mobilidade dos Funcionários da Administração Pública.

Extracto do despacho conjunta nº 1513/2015 – De S. Ex.^a a Ministra da Educação e Desporto e S. Ex.^a o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação:

De 15 de Outubro de 2015:

Joaquim da Veiga Furtado, professor do ensino básico superior, referência 9, escalão A, quadro da Delegação do MED – Concelho de Santa Catarina de Santiago, requisitado, para exercer funções na Escola de Formação de Professores de Assomada - Instituto Universitário da Educação “IUE”, enquadrado como assistente graduado II A, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2015.

José Manuel Veiga Miranda, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, licenciado em ensino de filosofia e mestre em ciências sociais, quadro da Delegação do MED – Concelho de Santa Catarina de Santiago, requisitado, para exercer funções na Escola de Formação de Professores de Assomada - Instituto Universitário da Educação “IUE”, enquadrado como assistente graduado III A, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2015.

Extracto do despacho conjunta nº 1514/2015 – De S. Ex.^a o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação e S. Ex.^a a Ministra da Educação e Desporto:

De 30 de Abril 2015:

Albertina dos Santos Mota, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, licenciada em ciências da educação, variante administração educativa e pós – graduada em educação de jovens e adultos, transferida para quadro do Instituto Universitário da Educação (IUE), enquadrada como professora assistente nível II, ao abrigo do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro.

Extracto do despacho nº 1515/2015 – De S. Ex.^a o Ministro da Educação e Desporto:

De 3 de Setembro de 2010:

Humberto Elízio Ramos Lizardo, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária de Coculi e Joanita Albertina Silva, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções na Escola Técnica João Varela, permutaram, ao abrigo dos artigos 7º a 10º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Julho, conjugado com o artigo 7º do Decreto-Lei n.º 5/2009, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir do início do próximo ano letivo 2010/2011.

Extracto do despacho nº 1516/2015 – De S. Ex.^a o Ministro da Educação e Desporto:

De 2 de Dezembro de 2010:

Wilsa Soraia Varela Silva, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, licenciada em ciência política e relações internacionais, em exercício de funções na Escola Secundária Achada Grande, destacada para exercer funções no FAEF, ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro.

Extracto do despacho nº 1517/2015 – De S. Ex.^a a Ministra da Educação e Desporto:

De 7 de Abril de 2015:

Euclides Mendes Furtado, professor de posto escolar, referência 3, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Desporto em São Miguel, aplicado a pena de aposentação compulsiva, prevista na alínea *a*) do nº 4, do artigo 75º do estatuto de pessoal docente, conjugado com alínea *c*) do nº 2 do artigo 5º da Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro.

Extracto do despacho nº 1518/2015 – De S. Ex.^a o Secretário de Estado da Educação, por delegação de competências Ministerial:

De 19 de Setembro 2008:

Andreza Costa Dias, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, licenciada em história e docente da disciplina de cultura cabo-verdiana na Escola Secundária de São Miguel, transferida para Escola Secundária António Silva Pinto, ano letivo 2008/09, ao abrigo do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Julho.

Extracto do despacho nº 1519/2015 – De S. Ex.^a Secretário de Estado da Educação, por delegação de competências Ministerial:

De 29 de Setembro de 2009:

João da Luz Sanches Semedo, professor do ensino secundário principal, referência 10, escalão A, quadro da Escola Secundária Cónego Jacinto, destacado para exercer funções no Instituto Cabo-verdiano de Ação Social e Escolar – ICASE, ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 3 de Agosto de 2009.

Extracto do despacho nº 1520/2015 – De S. Ex.^a o Secretário de Estado da Educação, por delegação de competências Ministerial:

De 20 de Outubro de 2011:

Elisângela Almeida Firmino, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária Amor de Deus, transferida para Escola Secundária Jorge Barbosa, ao abrigo dos nºs 1 a 10 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro.

Extracto do despacho nº 1521/2015 – De S. Ex.^a o Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competências delegadas):

De 27 de Janeiro de 2012:

Denise Lisete Cardoso da Fonseca, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, contratada para exercer funções na Escola Secundária Cesaltina Ramos, e exerceu funções de técnica na Direção Geral do Ensino Básico e Secundário, destacada para exercer funções no Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP, nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro.

Extracto do despacho nº 1522/2015 – De S. Ex.^a o Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competências delegadas):

De 3 de Abril de 2012:

Albertina Maria dos Santos da Silva, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do MED – Concelho de São Filipe, transferida para Delegação do MED – Concelho de São, ao abrigo dos nºs 1 a 10 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir do início de funções.

Extracto do despacho nº 1523/2015 – De S. Ex.^a o Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competências delegadas):

De 11 de Abril de 2012:

Alana Cristina Vieira, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, quadro da Escola Secundária Abílio Duarte, habilitado com o curso de licenciado em tecnologia de informação e comunicação, destacada para exercer funções na Direção Nacional da Educação, nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 12 de Abril de 2012.

Extracto do despacho nº 1524/2015 – De S. Ex.^a o Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competências delegadas):

De 13 de Maio de 2014:

Nelo Canuto Monteiro de Pina, professor do ensino secundário principal, referência 10, escalão A, quadro da Escola Secundária Cónego Jacinto Peregrino da Costa, destacado para exercer funções na Direção Nacional da Educação – Unidade de Avaliação e Desenvolvimento Curricular, ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2014.

Extracto do despacho nº 1525/2015 – De S. Ex.^a o Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competências delegadas):

De 17 de Novembro de 2015:

Nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, são regularizados os destacamentos dos professores abaixo indicados:

N.º	Nome	R/E	Serviço Origem	Serviço Destino
1	Márcio da Cruz Brito	9/A	Escola S. Regina Silva	RTNTE
2	Nataniela Josefa Mendonça Fernandes	9/A	Escola S. Fulgêncio Tavares	DGPOG
3	Samira de Jesus Ferreira Furtado	8/A	Escola S. Abílio Duarte	RTNTE
4	Helmitin Silvestre Cardoso	7/A	Delegação MED - Praia	DNE
5	Ana Maria Chantre dos Santos	7/B	Escola Amor de Deus	RTNTE
6	Isabel Maria Gonçalves dos Santos	10/A	Escola S. Manuel Lopes	DNE
7	Benvindo Soares Évora	9/A	Escola S. Abílio Duarte	DGPOG
8	Elena Yuriyevna Atmacheva	8/B	Liceu Domingos Ramos	DGD
9	Emanuel Charles de Oliveira	10/A	Liceu Domingos Ramos	DGD
10	Emílio Alfredo Fernandes Torres	9/B	Liceu Domingos Ramos	DGD
11	Fátima Augusta Lopes Tavares	8/A	Escola S. Pedro Gomes	DGD
12	Abrão António do Espírito Santo Tavares Borges	8/A	Delegação MED - Praia	RNCEPT
13	Eduíno Gonçalves Dias	9/C	Liceu Domingos Ramos	FICASE
14	Delvani David Nunes Ribeiro	8/A	Escola S. Abílio Duarte	DNE
15	João da Luz Sanches Semedo	10/A	Escola S. Cónego Jacinto	FICASE
16	Maria Luísa da Costa Rosa	5/D	Delegação MED - Praia	FICASE

17	Pedro Clóvis Lopes Furtado Fernandes	9/A	Delegação MED - Praia	DNE
18	Luís António Gomes Alves	7/A	Delegação MED - São Filipe	IGEFES
19	Maria da Luz Mendes Moreira Gonçalves	A.O.	Escola Polivalente Cesaltina Ramos	CNU

Extracto do despacho nº 1526/2015 – De S. Ex.^a o Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competências delegadas):

De 17 de Novembro de 2015:

Nos termos dos protocolos e acordos celebrados entre o MED, as Associações/Fundações e demais Instituições, são formalizadas as colocações dos professores abaixo indicados:

Nº	Nome	Ref/esc	Serviço de origem	Serviço de destino
1	Alcides Mendes Varela	3/B	Delegação da Praia	FIF
2	Andradino Sanches Tavares	9/A	Delegação da Praia	FIF
3	Cláudio Marciano Monteiro da Moura	8/A	Liceu Amílcar Cabral	FIF
4	Carla Patricia Martins Semedo	9/A	Escola Secundária Regina Silva	FIF
5	Eliseu Semedo Garcia	5/C	Delegação da Praia	FIF
6	Emília Nascimento Cruz	9/A	Escola Secundária Regina Silva	FIF
7	Gustavo Sanches Fernandes	9/A	Delegação da Praia	FIF
8	Ivan Garcia Gonzalez	9/A	Escola Secundária Regina Silva	FIF
9	João Baptista Moreira Lopes	9/A	Delegação da Praia	FIF
10	Káthia Selene Moreno Ferreira	9/A	Escola Secundária Achada Grande	FIF
11	Luíza Gomes Teixeira	7/A	Delegação da Praia	FIF
12	Manuel do Carmo Duarte Moreno Freire	5/C	Escola Secundária Regina Silva	FIF
13	Margarito Correia Cardoso	7/A	Delegação da Praia	FIF
14	Maria Cristina Santos Cardoso	9/A	Escola Secundária Abílio Duarte	FIF
15	Maria Filomena Sanches	9/A	Escola Secundária Regina Silva	FIF

16	Natalina Melo da Cruz	8/A	Escola Secundária Carlos Alberto Gonçalves	FIF
17	Ulisses Moreira Barros	7/A	Delegação da Praia	FIF
18	Carlos António Teixeira Montrond	7/B	Delegação da Praia	ADEVIC
19	Maria Madalena Borges Pereira	7/A	Delegação da Praia	ADEVIC
20	André Lino Duarte Monteiro	7/B	Delegação da Praia	Associação Zé Moniz
21	Arlindo de Jesus Semedo de Barros	7/A	Delegação da Praia	Federação Cabo-verdiana de karaté
22	Carlos Júlio Correia Rodrigues	7/A	Delegação da Praia	SEFAER
23	Fernanda Lima da Luz Brito	7/A	Delegação de Santa Catarina	FCS
24	Idalina Freire Gonçalves	9/B	Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos	OMCV
25	Sabino Tavares Correia	9/B	Delegação de Santa Cruz	Câmara Municipal de Santa Cruz
26	Solange Marisa da Veiga Freire	9/A	Escola Secundária de Salineiro	Associação Acarinhar
27	Mário José Avelino	5/C	Escola Secundária Achada Grande	Associação Regional de Futebol de Santiago Sul
28	Maria Alice de Pina Moreira	7/A	Escola Secundária Pedro Gomes	Biblioteca Nacional

Extracto do despacho nº 1527/2015 – De S. Ex.^a o Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competências delegadas):

De 17 de Novembro de 2015:

Nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, são regularizadas as transferências dos professores abaixo indicados:

N.º	Nome	Serviço Origem	Serviço Destino
1	Francisca Maria da Luz dos Reis	Delegação do Paul	Delegação de São Vicente
2	Jacinta Sanches Garcia	Delegação de São Domingos	Delegação Praia
3	Jandira Helena da Cruz Segredo	Escola Secundária Teixeira de Sousa	Escola Secundária António Silva Pinto
4	Josué Mendes Monteiro	Escola Secundária dos Mosteiros	Delegação de São Nicolau
5	Kátia Cristina Lopes de Brito	Escola Secundária Teixeira de Sousa	Delegação de São Nicolau
6	Ondina de Sousa Nunes Soares	Escola Secundária de Chão Bom	Escola Secundária Tarrafal

Rectificação nº 147/2015

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 23 II Série, de 9 de Junho de 2010, o despacho da S. Ex.^a o ex-Secretário de Estado da Educação, de 22 de Dezembro de 2009, referente a nomeação definitiva de Esmeralda Lopes Semedo, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, da Delegação da Praia, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... reformulação do contrato ...

Deve ler-se:

... reenquadramento ...

Rectificação nº 148/2015

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 41 II Série, de 25 de Agosto de 2015, o despacho conjunto n.º 1020/2015 de S. Exs. a Ministra da Educação e Desporto e o Secretário de Estado da Administração Pública, de 13 de Julho de 2015, referente a lista de atualização de enquadramento dos titulares de cargos públicos, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... Maria da Cruz dos Reis B. Pires, referência 9, escalão C, para referência 10, escalão B,...

Deve ler-se:

..., Maria da Cruz dos Reis B. Pires, referência 9, escalão C, para referência 10, escalão C...

Rectificação nº 149/2015

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 2 II Série, de 15 de Janeiro de 2013, o despacho de S. Ex.^a o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão a Ministra da Educação e Desporto, de 15 de Dezembro de 2011, referente a nomeação definitiva de Domingas Gomes Cardoso Furtado, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, da Delegação de São Miguel, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... reformulação de contrato, ...

Deve ler-se:

... reenquadramento, ...

Rectificação nº 150/2015

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 40 II Série, de 14 de Agosto de 2015, o despacho de S. Ex.^a o Director-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competência delegada), de 20 de Dezembro de 2013, referente a reclassificação de Ana Pires Gomes, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... referência 5, escalão D,...

Deve ler-se:

... referência 5, escalão E, ...

Rectificação nº 151/2015

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 11 II Série, de 16 de Março de 2015, o despacho de S. Ex^a a Ministra da Educação e Desporto, de 1 de Dezembro de 2010, referente a nomeação definitiva de Engrácia dos Santos Lopes Contina, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, da Delegação do Maio, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... reformulação do contrato, ...

Deve ler-se:

... reenquadramento, ...

Rectificação nº 152/2015

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 6 II Série, de 4 de Fevereiro de 2014, Secretaria de Estado de Administração Pública – Direcção-Geral de Administração Pública, referente a transição do novo PCCS, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... Alice Mendes Monteiro, Delegação Praia – apoio operacional I/1.

Deve ler-se:

... Alice Mendes Monteiro, Direcção Nacional da Educação – apoio operacional I/1.

Rectificação nº 153/2015

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 54 II Série, de 10 de Novembro de 2015, o despacho da S. Ex^a a Ministra da Educação e Desporto, de 21 de Abril de 2015, referente a nomeação definitiva de Vânia Indira Cabral Monteiro, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, da Delegação de Santa Catarina, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... Delegação de São Miguel, ...

Deve ler-se:

... Delegação de Santa Catarina, ...

Anulação nº 7/2015

Por erro da administração, foi publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 54 II Série de 10 de Novembro de 2015, o despacho referente o destacamento de Ana Maria Tavares Lopes, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, pelo que se faz a anulação da referida publicação na íntegra.

Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Desporto, na Praia, aos 18 de Novembro de 2015. – O Director, *Atanásio Tavares Monteiro*.

**MINISTÉRIO
DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão**

Extracto de despacho nº 1528/2015 – De S. Ex^a a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 10 de Julho de 2015:

Eveline Nair Monteiro Ramos, licenciada em geografia, nomeada, nos termos do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com os nºs 1 e 2 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, para exercer as funções de técnico nível I, na Delegação do Tarrafal do Ministério do Desenvolvimento Rural.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro - do Ministério do Desenvolvimento Rural, para o ano de 2015. – (Visado pelo Tribunal de contas, em 6 de Novembro de 2015).

Direcção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimonial do Ministério do Desenvolvimento Rural, na Praia, aos 16 de Novembro de 2015. – A Directora de Serviços, *Iara Anancy Abreu Gonçalves Fernandes*.

—————ofo—————

MINISTÉRIO DA COMUNIDADES

**Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão**

Extracto de despacho nº 1529/2015 – De S. Ex^a a Ministra das Comunidades:

De 12 de Novembro 2015:

Nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, que “estabelece o regime de férias e licenças de funcionários de Administração Pública”, é renovada, pela primeira e última vez, e por um período de 2 (dois) anos, a licença sem vencimento solicitada por Senhor Térés Odair Andrade Miranda, funcionário do Ministério das Comunidades, na categoria de telefonista, referência 2, escalão A, com efeitos a partir do dia 3 de Janeiro de 2014.

Por não ter sido publicada no *Boletim Oficial* a primeira licença sem vencimento solicitada por Térés Odair Andrade Miranda, nos termos do diploma atrás citado, e com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2013, aproveita-se, desta feita, e através deste ato para se fazer a respetiva regulização da supracitada licença.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Comunidades, na Praia, aos 12 de Novembro de 2015. – O Director-Geral, *António Luís Semedo*.

PARTE E**INSTITUTO DE GESTÃO DA QUALIDADE
E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL****Gabinete do Presidente****Despacho de homologação nº 12/2015****de 17 de Agosto de 2015**

O IGQPI - Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual, tem como missão principal, gerir, coordenar e desenvolver o Sistema Nacional da Qualidade de Cabo Verde (SNQC), sendo que a Normalização constitui um dos pilares fundamentais do SNQC.

No subsistema da Normalização, o IGQPI coordena e acompanha os trabalhos de normalização nacional, com o objetivo de promover a elaboração de normas Cabo-verdianas, garantindo a coerência e atualidade do acervo normativo nacional, e promovendo o ajustamento da legislação nacional às normas internacionais.

Assim sendo, nos termos do Decreto-Lei nº 8/2010, de 22 de Março e do Decreto-Regulamentar nº 35/2014, de 5 de Dezembro, é homologada a Norma Cabo-verdiana **NCV 012:2015 - Norma do Queijo Fresco**

e Curado, elaborada pela Comissão Técnica de Normalização dos Produtos Agroalimentares (CTN 003), passando a vigorar em todo o território nacional, a partir da data do presente Despacho.

O Presidente, *Abraão Lopes***oço****INSTITUTO DE ESTRADAS****Conselho de Administração****Extracto de despacho nº 1530/2015** – De S. Ex^a o Presidente do Instituto de Estradas:

De 13 de Novembro de 2015:

Mario Celso de Pina Alves, enquadrado na categoria profissional de técnico superior - nível 101 do quadro do pessoal do Instituto de Estradas, progride para técnico superior – nível 102, ao abrigo do disposto no artigo 23º da Portaria n.º 5/2005, de 24 de Janeiro que aprova o Plano de Cargos Carreiras e Salários e o Regulamento de Avaliação de Desempenho do pessoal do Instituto de Estradas, com efeitos a partir da publicação desse extrato no *Boletim Oficial*.

Instituto de Estradas, na Praia, aos 13 de Novembro de 2015. – O Presidente, *Manuel Nascimento Carvalho*

PARTE G**MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA
DE SANTIAGO****Câmara Municipal****Extracto da deliberação nº 37/2015** – Da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago:

De 14 de Julho de 2015:

Carlos Fidalgo Correia, candidato aprovado em concurso público, habilitado com licenciatura em sociologia e planeamento, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Portugal, nomeado para carreira do regime geral do pessoal técnico nível I, ao abrigo dos artigos 20º e 37º, nº 1, do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

Claudine Varela Furtado, candidata aprovada em concurso público, habilitada com licenciatura em gestão de empresas, pela Universidade de Santiago, nomeada para carreira do regime geral do pessoal técnico nível I, ao abrigo dos artigos 20º e 37º, nº 1, do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

Maria Eunice Semedo Fernandes, candidata aprovada em concurso público, habilitada com licenciatura em geografia e ordenamento do território, pela Universidade de Cabo Verde, nomeada para carreira do regime geral do pessoal técnico nível I, ao abrigo dos artigos 20º e 37º, nº 1, do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

Ana Cecília Furtado Correia, candidata aprovada em concurso público, habilitada com licenciatura em estatística e gestão de formação,

pela Universidade de Cabo Verde, nomeada para carreira do regime geral do pessoal técnico nível I, ao abrigo dos artigos 20º e 37º, nº 1, do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

Zenon Borges Miranda, candidato aprovado em concurso público, habilitado com licenciatura em geografia e gestão do território, pela Universidade de Santiago, nomeado para carreira do regime geral do pessoal técnico nível I, ao abrigo dos artigos 20º e 37º, nº 1, do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

Os encargos têm cabimento na dotação inscrita no Código 02.01.01.01.02 do Orçamento Municipal vigente para o ano económico de 2015 – (Visados pelo Tribunal de Contas em 20 de Outubro de 2015).

Extracto da deliberação nº 38/2015 – Da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago:

De 14 de Julho de 2015:

Alice de Jesus Mendes da Silva, candidata aprovada em concurso público, apoio operacional, nível IV, definitivo, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina, habilitada com licenciatura em filosofia, pela Universidade de Santiago, reclassificada para carreira do regime geral do pessoal técnico nível I, ao abrigo dos artigos 19º e 37º, nº 1 do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita no Código 02.01.01.01.02 do Orçamento Municipal vigente para o ano económico de 2015 – (isento de visto de Tribunal de Contas nos termos do artigos 14º, alínea n) da lei nº 84/IV/93, de 12 de Julho).

Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago, aos 3 de Novembro de 2015. – O Director, *Orlando Pereira Furtado*.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:	
<i>Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:</i>	
Extracto de publicação de associação n° 510/2015:	
Certifica a constituição da associação denominada "BLACKFISH_CLUBE DE AMIGOS DO MUSEU DA PESCA".	346
Extracto de publicação de sociedade n° 511/2015:	
Certifica um averbamento referente á sociedade denominada, "IRMÃOS BRIANDA IMOBILIÁRIA, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA".	346
Extracto de publicação de sociedade n° 512/2015:	
Certifica um averbamento de alteração do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, "PARAISO TOURS, LDA".	346
Extracto de publicação de associação n° 513/2015:	
Certifica uma associação denominada "ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE CANCELO - ADIC".	346
Extracto de publicação de associação n° 514/2015:	
Certifica uma associação denominada "ASSOCIAÇÃO ACADEMICA DO SAL".	347
Extracto de publicação de associação n° 515/2015:	
Certifica uma associação denominada "ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE SALENSE – A.J.S".	347
Extracto de publicação de associação n° 516/2015:	
Certifica uma associação denominada "ASSOCIAÇÃO PROJECTO BIODIVERSIDADE".	347
Extracto de publicação de associação n° 517/2015:	
Certifica uma associação denominada "CNK - UK - ASSOCIAÇÃO DOS BENFEITORES DAS CRIANÇAS DO CENTRO NÓS CASA".	348
Extracto de publicação de sociedade n° 518/2015:	
Certifica os estatutos da sociedade denominada "VILAMONTE TECNICA – Importação, Industria e Comercio Geral, Lda".	348
Extracto de publicação de sociedade n° 519/2015:	
Certifica os estatutos da sociedade denominada "CV CONSULTANCY SERVICES, LDA".	349

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Direcção-Geral dos Registos, Notariado
e Identificação****Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região
de Segunda Classe de Ribeira Brava São Nicolau****Extracto de publicação de associação nº 510/2015:**A CONSERVADORA: LIC. MANUEL DO ROSÁRIO DELGADO
DIAS**EXTRACTO**

Certifico para efeitos de publicação nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9º da Lei n.º 25/VI/2003, de 21 de Julho, que no dia 23/06/2015, perante o Conservador, Manuel do Rosário Delgado Dias, foi lavrado sob o n.º 9 a constituição da associação sem fins lucrativos denominada “BLACKFISH_CLUBE DE AMIGOS DO MUSEU DA PESCA” com sede em Rua António Assis Cadório, Tarrafal - ilha de São Nicolau, República de Cabo Verde, podendo, por deliberação da assembleia geral, deslocar ou transferir a sua sede ou criar quaisquer formas de representação em território nacional, com duração indeterminada, com o património inicial de 20.000\$00 (vinte mil escudos), representada perante terceiros pelo presidente do conselho de direcção, cujo objectivo principal é: Programas educativas, culturais e sociais; estudos e publicações da actividade do museu da pesca; defesa e protecção do património marinho e pesqueiro Cabo-verdiano.

Foi depositado na respectiva pasta o texto actualizado do contrato.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Brava São Nicolau, aos 25 de Junho de 2015. – O Conservador, *Manuel do Rosário Delgado Dias*

**Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe
de Santa Catarina****Extracto de publicação de sociedade nº 511/2015:**A CONSERVADORA: LIC. MARIA IVETE SANTOS DA SILVA
MARQUES**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que na Conservatória dos Registos de Santa Catarina a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alteração dos artigos 1º, 4º e 5º do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, “IRMÃOS BRIANDA IMOBILIÁRIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”, com sede social em Assomada, freguesia e concelho de Santa Catarina, perto do Polivalente, matriculada nesta Conservatória sob o número 263220133/1776620110308, de oito de Março de dois mil e onze, cujo capital social é de 10.000.000\$00 (dez milhões escudos), nos termos seguintes:

O sócio Francisco Semedo da Costa, divorciado, cedeu a totalidade da sua quota no valor nominal de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos), correspondente a 50% do capital social ao sócio Domingos Semedo da Costa.

SÓCIO E QUOTA:

Domingos Semedo da Costa, divorciado, residente em Ribeirão Manuel, com uma quota no valor nominal de 10.000.000\$00 (dez milhões escudos), correspondente a 100% do capital social;

GERÊNCIA: A gerência fica a cargo do sócio único.

Registado sob o nº 2459/2015

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos de Santa Catarina, aos 11 de Novembro de 2015. – A Conservadora, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*.

Extracto de publicação de sociedade nº 512/2015:A CONSERVADORA: LIC. MARIA IVETE SANTOS DA SILVA
MARQUES**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que na Conservatória dos Registos de Santa Catarina a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alteração dos artigos 3º, 7º e 8º do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, “PARAISO TOURS, LDA” com sede social, na freguesia e concelho de Santa Catarina, Assomada, zona central, matriculada nesta Conservatória sob o número 259900125/1099420090929, cujo capital social é de 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos), nos termos seguintes:

CESSÃO DE QUOTAS:

O sócio Eduardo Monteiro cedeu a totalidade da sua quota no valor nominal de 3.333.333\$00 (três milhões, trezentos e trinta e três mil, e trezentos e trinta e três escudos), correspondente a 33,33% do capital social á sócia Ana Tatiana Barbosa Monteiro.

SÓCIOS E QUOTAS:

- a) Ana Tatiana Barbosa Monteiro, com uma quota no valor nominal de 6.666.666\$00 (seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis escudos), correspondente a 66,66% do capital social.
- b) William Afonso Tonet, com uma quota no valor nominal de 3.333.333\$00 (três milhões, trezentos e trinta e três mil, e trezentos e trinta e três escudos), correspondente a 33,33% do capital social.

GERÊNCIA:

A gerência da sociedade fica a cargo da sócia Ana Tatiana Barbosa Monteiro.

Está conforme o original.

Registado sob o nº 2431/2015

Conservatória dos Registos de Santa Catarina, aos 4 de Novembro de 2015. – A Conservadora, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*.

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região
de Santa Cruz****Extracto publicação de associação nº 513/2015:**

A CONSERVADORA/PS: MARIA VIEIRA FERNANDES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9.º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE CANCELLO - ADIC”, NIF 571173705, com sede em Cancelo, Santa Cruz, de duração indeterminada, tendo como finalidade:

- a) Promover o desenvolvimento da agricultura e pecuária na região e contribuir para o desenvolvimento sócio-económico da comunidade de Cancelo, com base no princípio de entajuda, operando nas áreas da agricultura, pecuária, animação comunitária, formação profissional e conservação do meio ambiente;
- b) Congregar no seu seio todos os cidadãos que se mostrarem interessados em contribuir para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e da comunidade de Cancelo;
- c) Reflectir sobre as aspirações da comunidade de Cancelo, nomeadamente promovendo o debate e a discussão sobre a sua situação e problemática;
- d) Contribuir para a dignificação dos seus membros através de acções que visam o desenvolvimento intelectual, cívico, moral e dos mesmos;

- e) Estabelecer e desenvolver relações de cooperação e intercâmbio com associações congéneres, organismos nacionais e estrangeiras, governamentais e não-governamentais;
- f) Desenvolver e apoiar projectos que visam o desenvolvimento da comunidade nas áreas de agricultura e pecuária, cultura, ambiente, etc;
- g) Promover e desenvolver actividades de integração social dos seus membros;
- h) Promover as demais acções que contribuem para o desenvolvimento integral da população.

PATRIMÓNIO INICIAL: 10.000\$00.

ÓRGÃOS SOCIAIS:

CONSELHO DIRECTIVO:

Nome: Maria Germina Leal Mendes.

Cargo: Presidente.

Nif: 123119367.

Nome: Edna da Conceição Robalo de Pina.

Cargo: Vice-Presidente.

Nif: 108619710.

Nome: Maria Salomé Furtado Garcia.

Cargo: Secretária.

Nif: 124299105.

Nome: Maria Fernanda Leal Mendes.

Cargo: Tesoureira.

Nif: 128160608.

Nome: Maria Madalena Moreno Afonseca.

Cargo: Vogal.

Nif: 118579193.

ASSEMBLEIA GERAL:

Nome: Fredwilson Silva Gomes.

Cargo: Presidente.

Nif: 142660400.

Nome: Margarida Coelho Pereira Mendes.

Cargo: Vice-Presidente.

Nif: 113971109.

Nome: Maria Autelinda Pereira Correia.

Cargo: Secretária.

Nif: 118240340.

CONSELHO FISCAL:

Nome: Quelce Dione pereira Mendes.

Cargo: Presidente.

Nif: 145451402.

Nome: Guilhermina Vieira Gonçalves.

Cargo: Vice-Presidente.

Nif: 118156390.

Nome: Leisa Leise Mendes Varela.

Cargo: Secretária.

Nif: 143866311.

Duração dos mandatos: 02 anos.

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura de dois membros da Direcção, sendo uma a do Presidente, sendo nas suas ausências ou impedimentos a do Vice-Presidente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região de Santa Cruz, aos 21 de Setembro de 2015. – A Conservadora, *Maria Vieira Fernandes*.

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal

Extracto de publicação de associação nº 514/2015:

A CONSERVADORA, FRANCISCA TEODORA LOPES.

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea *b*) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três, de vinte e um de Julho, que foi constituída nesta Conservatória sob o nº 103/2015.10.21, uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO ACADEMICA DO SAL” com sede em Espargos, Ilha do Sal, de duração por tempo indeterminado, com o património inicial de 10.000\$00 (dez mil escudos), que tem por fins:

1. Promover e fomentar a prática desportiva em qualquer modalidade, bem como proporcionar aos seus associados meios de convívio social, desportivo, recreativo e cultural;
2. A associação poderá explorar actividades legalmente autorizadas, destinando-se as respectivas receitas ao desenvolvimento dos seus objectivos.

A associação é representada perante terceiros pelo Presidente da Direcção.

Conta nº 1117/2015:

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe do Sal, aos 3 de Novembro de 2015. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

Extracto de publicação de associação nº 515/2015:

A CONSERVADORA, FRANCISCA TEODORA LOPES.

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea *b*) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três, de vinte e um de Julho, que foi constituída nesta Conservatória sob o nº 102/2015.09.25, uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE SALENSE – A.J.S” com sede em Hortelã de Baixo, Cidade dos Espargos, Ilha do Sal, de duração por tempo indeterminado, com o património inicial de 10.000\$00 (dez mil escudos), que tem por fins a promoção cultural, desportiva, recreativo e económico-social dos respectivos associados.

A associação é representada perante terceiros pelo Presidente do Conselho executivo.

Conta nº 1040/2015.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe do Sal, aos 11 de Novembro de 2015. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

Extracto de publicação de associação nº 516/2015:

A CONSERVADORA, FRANCISCA TEODORA LOPES.

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea *b*) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três, de vinte e um de Julho, que foi constituída nesta Conservatória sob o nº 99/2015.05.21, uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO PROJECTO BIODIVERSIDADE” com sede na Rua 1 de Junho, Cidade de Santa Maria, Ilha do Sal, de duração por tempo indeterminado, com o património inicial de 10.000\$00 (dez mil escudos), que tem por fins:

1. Promover programas e campanhas de educação e sensibilização;
2. Promoção de oportunidades para o desenvolvimento económico da comunidade através de actividades de conservação;
3. Cooperar com entidades nacionais e estrangeiras em todas as acções tendentes á realização dos fins da associação;
4. Promover e desenvolver programas de voluntariado;
5. Elaborar e implementar projectos de cariz comunitário;
6. Efectuar ou colaborar em estudos científicos;

7. Organizar e promover acções formativas e divulgativas;
8. Publicar ou promover obras de carácter científico ou informativo;
9. Prestar serviços não remunerados a entidades privadas, á administração, ou a organismo internacionais para o desenvolvimento das suas actividades, sempre que não entrem em conflito com os objectivos da Associação;
10. Formar parte de comités para avaliação ou conselhos de carácter ambiental;
11. Estabelecer e manter contactos permanentes com organizações similares que existam em outros Países, tendo em vista a coordenação de esforços comuns;
12. Praticar ou promover os demais actos de natureza ecológica, social, humanitária financeira ou comercial, sem exclusão ou reserva, necessários á realização dos seus objectivos.

A associação é representada perante terceiros pelo Presidente da Direcção e vincula-se pela assinatura:

1. Do Presidente da Direcção;
2. De dois membros da Direcção;
3. De um membro da Direcção nos actos de mero expediente.

Conta nº 568/2015.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe do Sal, aos 23 de Junho de 2015. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

Extracto de publicação de associação nº 517/2015:

A CONSERVADORA, FRANCISCA TEODORA LOPES.

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea *b*) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três, de vinte e um de Julho, que foi constituída nesta Conservatória sob o nº 100/2015.07.10, uma associação sem fins lucrativos denominada “CNK - UK - ASSOCIAÇÃO DOS BENFEITORES DAS CRIANÇAS DO CENTRO NÓS CASA” com sede na Cidade de Santa Maria, Ilha do Sal, de duração por tempo indeterminado, com o património inicial de 200.000\$00 (duzentos mil escudos), que tem por fim principal promover e desenvolver acções de beneficência às crianças carenciadas, órfãos e abandonadas, encontrados ou a encontrar nas ruas da Cidade de Santa Maria e localidades limítrofes, nomeadamente as que se encontrem sobre a tutela do “Centro Nós Casa” de Santa Maria, Ilha do Sal. Poderá ainda complementar os seus fins com outras actividades de carácter social, designadamente na área infantil e juvenil.

A associação é representada perante terceiros pelo Conselho Directivo e vincula-se:

1. Por duas assinaturas sendo uma delas obrigatoriamente a do Presidente e a outra de um dos outros membros do Conselho;
2. Pela assinatura do presidente do conselho nos actos de mero expediente.

Conta nº 864/2015

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe do Sal, aos 13 de Agosto de 2015. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

Extracto de publicação de sociedade nº 518/2015:

A CONSERVADORA, FRANCISCA TEODORA LOPES.

EXTRACTO

Certifico, narrativamente para efeito de publicação, que a presente fotocópia composta de cinco folhas está conforme o original dos estatutos da constituição da sociedade denominada “VILAMONTE TÉCNICA – Importação, Indústria e Comércio Geral, Lda., matriculada nesta Conservatória sob o nº 2758/2015.09.01.

Diário nº 958/2015

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE POR QUOTAS “VILAMONTE TÉCNICA – IMPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO GERAL LDA”

Ao Primeiro dia do mês de Setembro do ano 2015, nesta cidade dos Espargos, Ilha do SAL ENTRE

1. José da Luz Gomes - NIF 152811834, casado, de nacionalidade cabo-verdiana, natural do concelho de Ribeira Grande - Ilha de Santo Antão, residente nos Espargos - Ilha do Sal, titular do B.I nº 74280, emitido em 14 de Março de 2012, pelo Serviço de Identificação do Sal;
2. Maria de Lourdes Lima Santos Gomes - NIF 110953851, casada, de nacionalidade cabo-verdiana, natural do concelho de Ribeira Grande - Ilha de Santo Antão, residente nos Espargos - Ilha do Sal, nascida em 1 de Março de 1963, titular do B.I. nº 109538, emitido em 4 de Dezembro de 2012, pelo Serviço de Identificação da Praia;
3. Bruno José Santos Gomes - NIF 115584587, maior, casado em regime de comunhão adquiridos com Cátia Melissa Santos Silva Gomes, de nacionalidade cabo-verdiana, natural do concelho de Ribeira Grande - Ilha de Santo Antão, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal, nascido em 9 de Março de 1986, titular do B.I. nº 155845, emitido em 2 de Março de 2012, pelo Serviço de Identificação do Sal;
4. Augusto José Santos Gomes - NIF 132145006, maior, solteiro, de nacionalidade cabo-verdiana, natural do Barreiro - Portugal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal, titular do B.I. nº 321450, emitido em 19 de Agosto de 2015, pelo Serviço de Identificação do Sal;
5. Ana Maria Santos da Luz Gomes - NIF 144737000, menor, representada neste acto pelos pais José da Luz Gomes e Maria de Lourdes Lima Santos Gomes, acima identificados, de nacionalidade cabo-verdiana, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz - Ilha de São Vicente, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal, titular do B.I. nº 447370, emitido em 17 de Abril de 2015, pelo Serviço de Identificação da Praia.

É celebrado o presente pacto social, constituindo formalmente a sociedade por quotas denominada “VILAMONTE TÉCNICA - Importação, Indústria e Comércio Gera, Lda”, com sede no Aldeamento da Murdeira, 2ª FASE, VIVENDA V 163, Ilha do Sal, com capital social de 7.500.000\$00 (sete milhões e quinhentos mil escudos), passando a referida sociedade a reger-se pelo seguinte Estatuto:

ESTATUTOS DA SOCIEDADE “VILAMONTE TÉCNICA - IMPORTAÇÃO. INDÚSTRIA E COMÉRCIO GERAL, LDA

CAPÍTULO I

Denominação, duração, sede e objecto

Artigo 1º

(Denominação)

A sociedade adopta a denominação, “VILAMONTE TÉCNICA – Importação, Indústria e Comércio Geral, Lda”.

Artigo 2º

(Sede e delegações)

A sociedade tem a sua sede na Segunda Fase do Aldeamento da Murdeira, Vivenda v-163, na Ilha do Sal, podendo abrir sucursais e delegações em quaisquer outras partes do território nacional.

Artigo 3.º

(Duração)

A sociedade dura por tempo indeterminado.

Artigo 4º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto:

- a) Concepção e elaboração de projectos industriais e de construção civil;

- b) Manutenção e reparação de equipamentos industriais, mecânicos, electrodomésticos, manutenção de edifícios habitacionais, comerciais e de escritórios, bem como de empreendimentos hoteleiros;
- c) Manutenção e recuperação de estruturas metálicas e em betão armado;
- d) Instalação, manutenção e reparação de redes de água, esgotos, electricidade e refrigeração;
- e) Importação, exportação e comércio geral;
- f) A sociedade ainda, poderá participar na constituição, administração ou fiscalização de outras sociedades.

CAPÍTULO II

Capital social, quotas e participação

Artigo 5º

(Capital social e participações)

O capital social é de 7.500.000\$00 (sete milhões e quinhentos mil escudos) e encontra-se integralmente realizado em dinheiro, correspondendo à soma das quotas dos sócios assim distribuídas:

- a) Uma quota de 3.000.000\$00 (três milhões de escudos), correspondendo a 40% do capital social, pertencente ao sócio José da Luz Gomes;
- b) Uma quota de 2.250.000\$00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil escudos), correspondendo a 30% do capital social, pertencente a sócia Maria de Lourdes Lima Santos Gomes;
- c) Uma quota de 750.000\$00 (setecentos e cinquenta mil escudos), correspondendo a 10% do capital social, pertencente ao sócio Bruno José Santos Gomes;
- d) Uma quota de 750.000\$00 (setecentos e cinquenta mil escudos), correspondendo a 10% do capital social, pertencente ao sócio Augusto José Santos Gomes;
- e) Uma quota de 750.000\$00 (setecentos e cinquenta mil escudos), correspondendo a 10% - do capital social, pertencente a sócia Ana Maria Santos da Luz Gomes.

Artigo 6º

(Aumento de capital social)

A sociedade poderá, a qualquer momento, proceder ao aumento do seu capital por deliberação da assembleia geral.

Artigo 7º

(Cessão de quotas)

1. É proibida a cessão de quotas a estranhos sem consentimento da sociedade, mas é livremente permitida entre os sócios.
2. A sociedade e os sócios gozam do direito de preferência em casos de cessão de quotas à estranhos.

CAPÍTULO III

Órgãos e competência

Artigo 8º

(Gerência)

1. A gerência é exercida por um conselho de gerência composto por três sócios.
2. Fica desde já estatuído que os sócios (i) José da Luz Gomes, (ii) Maria de Lourdes Lima Santos Gomes e (iii) Bruno José Santos Gomes integram o Conselho de Gerência;
3. O conselho de gerência será presidido pelo sócio - gerente José da Luz Gomes que será substituído, em caso de impedimento, pelo sócio - gerente Bruno José Santos Gomes.
4. Os gerentes terão todos os poderes por lei permitidos, salvo deliberação em contrário da assembleia geral.
5. Os gerentes poderão delegar os seus poderes em outro gerente e a sociedade poderá constituir mandatários especiais para a prática de actos específicos.

Artigo 9º

(Forma de obrigar)

A sociedade ficará obrigada, quer na administração ordinária como na extraordinária, pela assinatura conjunta de dois gerentes.

CAPÍTULO IV

Contas e distribuição de lucros

Artigo 10º

(Balanços e aprovação de contas)

Anualmente, e com referência a trinta e um de Dezembro, serão realizados balanços cujas contas deverão estar apuradas até ao dia vinte e oito de Fevereiro e aprovadas pela assembleia geral até trinta e um de Março do ano imediato.

Artigo 11º

(Distribuição de lucros)

Os lucros apurados, depois de deduzido o fundo de reserva legal, encargos, amortizações e provisões propostas pela gerência e aprovadas pela assembleia geral, serão distribuídos pelos sócios, na proporção das respectivas quotas, não podendo ser levantados senão após deliberação expressa da assembleia geral.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 12º

(Legislação subsidiária e foro competente)

Em tudo o que não estiver previsto nos presentes Estatutos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes no Código das Empresas Comerciais e Civil da República de Cabo Verde, designando-se o Tribunal da Comarca do Sal como foro competente para dirimir as questões emergentes do presente pacto social.

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 18 de Novembro de 2015. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

Extracto de publicação de sociedade nº 519/2015:

A CONSERVADORA, FRANCISCA TEODORA LOPES.

EXTRACTO

Certifico, narrativamente para efeito de publicação, que a presente fotocópia composta de três folhas está conforme o original dos estatutos da constituição da sociedade denominada “CV CONSULTANCY SERVICES, LDA”, matriculada nesta Conservatória sob o nº 2765/2015.10.02.

Diário nº 922/2015

Sócios:

1. Tomás Maria de Melo Breyner Assis Teixeira, casado no regime da separação de bens com Sara Gulbenkian, e portador do passaporte nº M682987, válido até 28.06.2018, emitido pelas autoridades competentes portuguesas, NIF 170217906, residente em Lisboa, Portugal;
2. Pedro Maria Quinhones Magalhães Borges Rodrigues, solteiro, maior, portador do passaporte nº M482662, válido até 05.02.2018, emitido pelas autoridades competentes portuguesas, NIF 170215300, residente em Lisboa, Portugal

ESTATUTOS “CV CONSULTANCY SERVICES, LDA”

Artigo primeiro

A sociedade adopta a denominação de “CV CONSULTANCY SERVICES LDA” e durará por tempo indeterminado.

Artigo segundo

1. A sociedade tem a sede em Rua 1º de Junho, Edifício Bazamore - Ap. 17 - C.P. 163, Santa Maria, Ilha do Sal, República de Cabo Verde.

2. A sede social poderá ser transferida, por decisão da gerência, para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3. A sociedade poderá, mediante decisão da gerência, construir, transferir ou extinguir estabelecimentos, sucursais, agências, filiais, delegações ou outras formas de representação, onde for conveniente, no território nacional ou estrangeiro.

Artigo terceiro

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços de consultoria económica.

Artigo quarto

1. O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de vinte mil escudos, representado por duas quotas, encontrando-se o capital social distribuído da seguinte forma:

- a) Uma quota no valor de 10.000\$00 pertence a Tomás Maria de Melo Breyner Assis Teixeira representando 50% do capital social da sociedade;
- b) Uma quota no valor de 10.000\$00 pertence a Pedro Maria Quinhões Magalhães Borges Rodrigues representando 50% do capital social da sociedade.

Artigo quinto

1. As decisões tomadas pelos sócios deverão ser registadas em acta da sociedade e devidamente assinadas pelos sócios presentes.

2. Os sócios poderão ser representados em assembleia geral por procurador por eles nomeado para a prática de determinado acto mas apenas dos poderes conferidos pelo instrumento de procuração.

Artigo sexto

1. A sociedade será administrada por dois gerentes.
2. Os gerentes podem nomear procuradores para a sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos.

3. Salvo deliberação em assembleia geral, os gerentes não são remunerados.

4. Ficam desde já nomeados gerentes, os sócios Tomás Maria de Melo Breyner Assis Teixeira e Pedro Maria Quinhões Magalhães Borges Rodrigues

Artigo sétimo

1. A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de, pelo menos, um gerente;
- b) Pela assinatura de um gerente e de um mandatário nos termos dos respectivos instrumentos de mandato.

2. Fica proibido a qualquer membro da gerência ou mandatário da sociedade obrigar a mesma em fianças, letras de favor, avales, abonações e outros actos, contratos ou documentos semelhantes, estranhos aos negócios sociais, sendo que todos os actos praticados bem como os contratos celebrados nestas condições, serão considerados nulos e sem qualquer validade e sob pena de o infractor responder perante a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

Artigo oitavo

1. O ano social coincide com o ano civil.
2. Os resultados constantes do balanço anual terão a aplicação que os sócios deliberarem, deduzidas as reservas legais.
3. Os sócios poderão constituir as reservas livres que entenderem convenientes.

Artigo nono

Em tudo o que não esteja expressamente regulado no presente pacto social, aplica-se o regime imperativo ou supletivo legalmente estabelecido para as sociedades por quotas, designadamente o disposto no Código das Empresas Comerciais.

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 19 de Novembro de 2015. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.



II SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.